

A Moral Embutida no Manual de Campanha *FM 3-24: Contrainsurgência*

Tenente-Coronel Celestino Perez Jr., Exército dos EUA, Ph.D.

Este artigo recebeu uma menção honrosa no Concurso de Redação DePuy de 2008.

A DOUTRINA ATUAL DO Exército descreve uma nova era de “conflito persistente” na qual os profissionais das Forças Armadas deverão usar seus conhecimentos em ambientes “complexos” e “multidimensionais” e realizar operações “entre o povo”.¹ Fuzileiros navais e soldados treinados nas nuances do ataque, defesa e marcha para o combate deverão tornar-se, nas palavras do general David Petraeus, “líderes pentatletas que se sintam à vontade não só com grandes operações de combate, mas com operações realizadas nos pontos inferiores e médios do espectro do conflito”.²

A carreira militar exigia antes uma nítida separação entre guerra e política. Os jovens líderes de hoje se tornaram negociadores politicamente astutos, formuladores de agenda e planejadores econômicos. Os comandantes de escalões mais elevados não consideram essa agilidade dos jovens profissionais como estando acima e além da sua obrigação, muito pelo contrário. O Manual de Campanha *FM 3-24, Counterinsurgency* (Contrainsurgência), afirma que “soldados e fuzileiros navais devem ser construtores de nação assim como combatentes”.³

A crescente complexidade mundial tem um componente ético. A guerra em desertos distantes traz desafios principalmente instrumentais relacionados à sincronização dos meios. As operações conduzidas entre o povo e com o povo exigem que as forças americanas exibam constantemente o discernimento ético. Apesar de



Marinha dos Estados Unidos, Sargento Kevin S. Farmer

Uma mulher iraquiana leva seus filhos para serem examinados pela equipe médica na Escola Primária Fira Shia Tabuq, em Samalaat, Iraque, em dezembro de 2008.

o escândalo de Abu Ghraib significar um fracasso, inúmeros sucessos que ocorrem diariamente no Iraque e no Afeganistão mostram que a maioria esmagadora dos profissionais militares atende ao desafio ético.

No entanto, a pesquisa da Equipe Consultora de Saúde Militar IV (*Military Health Advisory Team IV — MHAT*) revelou resultados preocupantes

O tenente-coronel Celestino Perez Jr., do Exército dos Estados Unidos, é professor adjunto da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos no Forte Leavenworth, KS. Serviu como comandante da Força-Tarefa

Vigilant em Bagdá, de março de 2007 a maio de 2008. Tem mestrado e doutorado em Teoria Política pela Indiana University e lecionou Filosofia Política e Política Americana na Academia Militar dos Estados Unidos.

quando foi divulgada em maio de 2007. Foram entrevistados pouco menos de 2.000 soldados e fuzileiros navais que haviam servido em unidades com “o mais alto nível de exposição ao combate”

Aproximadamente 10% dos soldados e fuzileiros navais informaram ter maltratado não combatentes ou danificado uma propriedade desnecessariamente.

no Iraque, e foram feitas as constatações a seguir:

- “Aproximadamente 10% dos soldados e fuzileiros navais informaram ter maltratado não combatentes ou danificado uma propriedade desnecessariamente.

- Apenas 47% dos soldados e 38% dos fuzileiros navais concordaram que os não combatentes deveriam ser tratados com dignidade e respeito.

- Muito mais de um terço de todos os soldados e fuzileiros navais declararam que a tortura deveria ser permitida para salvar a vida de um companheiro soldado ou fuzileiro naval.

- Menos da metade dos soldados e fuzileiros navais denunciariam um membro da equipe por um comportamento antiético”.⁴

Apesar de a doutrina do Exército especificar que “preservar a vida e a dignidade dos não combatentes é decisivo para o cumprimento da missão” na contrainsurgência, a pesquisa registrou que entre um terço e metade dos soldados e fuzileiros navais que responderam às perguntas desvalorizava a importância ou a realidade da dignidade associada a não combatentes.⁵

Pouco depois da publicação dos resultados da MHAT, o general Petraeus instou as tropas a usarem os resultados da pesquisa para “estimular a reflexão sobre a conduta no combate”. Afirmou: “Devemos usar os resultados da pesquisa para renovar o nosso compromisso com os valores e normas que fazem com que sejamos quem somos e para promover um novo

exame dessas questões”.⁶ O presente trabalho é uma resposta ao pedido do general Petraeus para refletirmos sobre os valores que “fazem com que sejamos quem somos” e para reexaminar nosso compromisso com esses valores concentrando-nos na dignidade humana.

A doutrina do Exército enfatiza explicitamente a “dignidade humana”, apesar de não ficar imediatamente claro se o Exército postula a preservação da dignidade humana como um fim intermediário (ou meio) ou como um fim moral. É também pouco claro o relacionamento entre dignidade humana e os fins militares almejados. No entanto, o Manual de Campanha *FM 3-24* contém um subtexto ético e implica uma moral implícita, mas significativa. Essa moral implícita levanta duas questões:

- Como o profissional militar vem a aceitar essas obrigações implícitas?
- De que modo essa moral é relevante para as nossas lutas militares atuais?

Como Ler nas Entrelinhas

Existem duas formas de entender a afirmação de que “preservar a dignidade e a vida dos não combatentes é decisivo para o cumprimento da missão”.

Por um lado, esse princípio da contrainsurgência é utilitário; ou seja, devemos preservar a dignidade e a vida porque isso compensa, é bom para nós ou contribui para o sucesso da missão. Se um soldado não preservar a dignidade das pessoas nativas, os insurgentes inimigos terão

O Manual de Campanha FM 3-24 considera que a ação militar está a serviço da dignidade humana.

sucesso. Preservar a dignidade do povo local aumenta a probabilidade de sucesso tático, operacional e estratégico do contrainsurgente. Do mesmo modo, a equipe de construção nacional poderá escolher uma postura de compreensão cultural simplesmente como um meio para cumprir a missão. Essa abordagem

de preocupação com as consequências quanto à consciência cultural está sem dúvida presente na nossa doutrina:

A consciência cultural tornou-se uma competência cada vez mais importante para líderes de unidades pequenas. Líderes subalternos perspicazes aprendem como as culturas afetam as operações militares. Estudam as principais culturas do mundo e dão prioridade à compreensão dos detalhes do novo ambiente de operações quando são desdobrados. É necessário achar soluções diferentes para contextos culturais diferentes. Líderes eficazes de pequenas unidades se adaptam a novas situações e percebem que suas palavras e ações podem ser interpretadas de forma diferente em culturas diferentes. Assim como todas as outras competências, a consciência cultural exige autoconhecimento, aprendizado autodirecionado e adaptabilidade.⁷

Esse texto sugere que o respeito pela dignidade humana e pela cultura do *outro* é uma forma de obter uma solução militar conveniente e de se alcançar a situação final desejada.

No entanto, um sentido não utilitário da declaração de que “preservar a dignidade e a vida dos não combatentes é decisivo para o cumprimento da missão” também está presente na doutrina. É inerente também a afirmação de que a dignidade humana do *outro* é na verdade o objetivo último que determina e dá sentido à grande variedade de fins operacionais e táticos nas ordens militares e planos de campanha. Essa dignidade é central para o sucesso militar e um propósito moral fundamental.

O Manual de Campanha *FM 3-24* considera que a ação militar está a serviço da dignidade humana, mas não é explícito quanto a esse relacionamento. Devo, portanto, justificar minha abordagem interpretativa, que é, vamos deixar claro, ler nas entrelinhas, extraindo as implicações da linguagem utilizada. O Manual de Campanha *FM 3-24* introduz os termos *ideologia*

e *narrativa* como conceitos úteis para analisar os insurgentes inimigos. Assim, “a ideologia fornece um prisma, incluindo um vocabulário e categorias analíticas, pelo qual os seguidores entendem sua situação”.⁸ Além disso, “o mecanismo central pelo qual as ideologias são expressas e absorvidas é a narrativa. Uma narrativa é um esquema organizacional expresso na forma de uma história. As narrativas são centrais para representar identidade, principalmente a identidade coletiva de seitas religiosas, agrupamentos étnicos e elementos tribais... As histórias são geralmente a base para estratégias e ações, assim como para interpretar as intenções dos outros”.⁹

A discussão sobre ideologias e narrativas do Manual de Campanha é feita, na maioria das vezes, dentro do contexto do pensamento dos insurgentes. Mas os teóricos e filósofos políticos há muito reconhecem que todas as pessoas e grupos têm um autoentendimento narrativo. Às vezes, essas percepções se tornam explícitas. O primeiro discurso de posse do presidente George W. Bush, em 2001, é um exemplo de narrativa produzida de forma consciente:



Foto da AP, vídeo da APTN

Vários iraquianos apoiaram Muntadar al-Zaidi, o jornalista que jogou o sapato no presidente Bush em dezembro de 2008. Consideram-no um herói por ter chamado a atenção para a percepção deles de que os Estados Unidos muitas vezes não conseguiram proteger a população.

Temos um lugar, todos nós, em uma longa história — uma história à qual damos continuidade, mas cujo final não veremos. É a história de um novo mundo que se tornou amigo e libertador do antigo, a história de uma sociedade escravocrata que se tornou serva da liberdade, a história de uma potência que se espalhou pelo mundo para proteger, mas não possuir; defender, mas não conquistar. Essa é a história americana — a história de um povo falho e falível, unido ao longo das gerações por grandes e duradouros ideais.¹⁰

Sempre que existe um *nós* — independentemente de ser um partido político, um time de futebol, uma cidade, um movimento, uma nação ou uma insurreição — existe uma narrativa que descreve esse *nós* em comparação com outro *nós*. A narrativa de Bush encontra receptividade entre a maioria dos americanos *como americanos*, independentemente de ideologia política, já que sua narrativa é meramente uma variação da narrativa americana típica.

Os teóricos políticos e os cientistas sociais concordam geralmente sobre o papel que narrativas explícitas desempenham dentro da vida política e comunitária. Concordam também que possuímos crenças implícitas e frequentemente não articuladas sobre como entendemos nós mesmos, os outros e o mundo. Essas premissas de fundo possibilitam ou sustentam as nossas narrativas explícitas. Nossas narrativas, por sua vez, determinam os motivos que escolhemos para executar ações como acordar de manhã, procurar emprego, rezar ou desenvolver uma estratégia de segurança nacional.

O teórico político Stephen White aborda esse aspecto intangível, mas decisivo da realidade com dois conceitos relacionados. Um conceito é *mundo da vida*, que ele descreve como “o não pensado do nosso pensamento, o implícito do nosso explícito, o fundo inconsciente da nossa frente consciente”.¹¹ White usa um segundo conceito, relacionado a esse, que ele chama de *ontologia*. Ao usar esse termo, cujas origens não foram totalmente estabelecidas, ele quer dizer tocar “o sentido mais básico de ser humano”¹² de uma pessoa ou “as mais básicas concepções que uma pessoa tem de si mesma, do outro e do mundo”.¹³

Meu argumento baseia-se em três afirmações sociocientíficas. Em primeiro lugar, recorro à plausibilidade da conclusão do Manual de Campanha *FM 3-24* de que os objetivos, estratégias e sentidos gerados por um grupo são em grande parte resultado das narrativas agregadas desse grupo. Em segundo lugar, recorro à plausibilidade da afirmação de White de que as narrativas são em grande parte resultado de premissas implícitas e não articuladas que sustentam (ou possibilitam) nossos pensamentos conscientes e declarações expressas sobre nós mesmos, os outros e o mundo.

**...nossas premissas
frequentemente não
articuladas determinam o que
consideramos moralmente
certo e errado.**

Também me baseio em uma terceira afirmação, que diz que as nossas premissas frequentemente não articuladas determinam o que consideramos moralmente certo e errado. Assim, a versão do filósofo canadense Charles Taylor para “o não pensado do nosso pensamento”, de White, é “imaginário social” (ou “imagem de uma ordem moral”), que “é uma identificação das características do mundo, ou ação divina ou vida humana, que torna determinadas normas certas e (até o ponto indicado) realizáveis. Ou seja, a imagem de ordem traz em si uma definição não só do que é certo, mas do contexto em que faz sentido lutar pelo que é certo e almejar concretizá-lo (pelo menos parcialmente).”¹⁴

Um exemplo concreto ilustra a plausibilidade dessas três afirmativas. Ninguém no Ocidente considera mais a doutrina de Direito Divino dos Reis, em parte porque o *Primeiro Tratado sobre o Governo* de John Locke a derrubou no século XVII. O *Segundo Tratado* de Locke definiu nossos entendimentos políticos de nós mesmos na medida em que falamos de noções como direitos políticos, propriedade privada, consentimento político e separação entre Igreja e Estado com

desenvoltura e sem controvérsias. Hoje em dia, os americanos não precisam articular argumentos gerais contra a realeza e em favor de direitos, propriedade, consentimento e política secular porque esses princípios se tornaram parte da nossa bagagem intelectual implícita. Essas noções implícitas e aceitas sem discussão são parte das nossas ontologias igualmente implícitas. Somos lockianos, mesmo que não o saibamos. É precisamente a profundidade ontológica do ser humano que cria a necessidade de treinamento de conscientização cultural, explica a essência das nossas estratégias de segurança nacional e militar e define a nossa postura ética em relação às vidas humanas inocentes.

A reflexão sobre os relacionamentos entre ontologias, narrativas e as nossas ações é uma forma de avaliar nossos compromissos morais. Contudo, o treinamento ético do Exército não se concentra nas narrativas ou ontologias. A abordagem institucional do Exército quanto à ética baseia-se em listas e modelos. Os Valores do Exército, as Regras do Soldado, o Código de Conduta, o Etos do Guerreiro, a Lei da Guerra Terrestre e regras de engajamento específicas e requisitos para a intensificação da força prescrevem claramente regras de comportamento. Alguns líderes do Exército recebem instruções adicionais sobre o Modelo de Tomada de Decisões do Exército e sobre o Triângulo Ético.¹⁵ Mas a moral implícita discernível na nossa doutrina é mais abrangente que critérios de decisão ou regras simples.

As regras de um soldado não são estruturas independentes e isoladas. As regras só existem e são totalmente inteligíveis quando consideradas no contexto mais amplo das noções (geralmente rudimentares) de uma pessoa sobre ela mesma, os outros, o mundo e símbolos de um significado último. Essas noções, que são matrizes superpostas de autoentendimento, são geralmente pouco perceptíveis.

Decisões éticas envolvem não só a aplicação de regras e modelos, mas uma orientação. O filósofo Russel Hittinger mostra isso ao descrever a situação de um professor voltando para casa de uma conferência acadêmica:

Uma pessoa seriamente inclinada a ser infiel no casamento e que, na verdade pensa nisso, poderá tomar a decisão “certa” de

acordo com regras defendidas por uma ou outra teoria, mas a correção da decisão não alivia e, de fato, pode obscurecer, a dimensão especificamente moral do dilema. Podemos imaginar, por exemplo, um professor que volta de uma conferência acadêmica e confessa à sua mulher que, apesar de se sentir fortemente tentado a cometer uma infidelidade conjugal, pensou no significado moral da ação e concluiu que era uma violação da regra de ouro (se ele for um deontólogo) ou talvez que ele caiu em si e viu que a ação não traria o bem maior para o maior número de pessoas (se for utilitarista). Nenhum de nós condenaria sua esposa se ela ficasse tão ou mais preocupada com o caráter do homem do que com o fato de ele ter resolvido com sucesso um dilema de acordo com uma regra.¹⁶

Se as nossas escolhas éticas envolvessem apenas uma aplicação fria de regras e teorias, a observação de Hittinger não pareceria tão estranha quanto parece. O professor hipotético nos parece ser moralmente depravado *apesar* da sua aplicação cuidadosa de teorias e regras éticas veneráveis.¹⁷ Nossa parte ética não “é ativada” apenas nesses momentos de decisão ética; carregamos uma bagagem implícita ao longo de toda a vida e a utilizamos nesses momentos.

O Subtexto Ético do Manual de Campanha FM 3-24

A técnica de Stephen White é descobrir as premissas subjacentes da narrativa de um pensador ou grupo. Ele explica: “Quero transferir o fardo intelectual aqui, passando de uma preocupação com o que é contrário e desconstruído para um engajamento com o que deve ser articulado, cultivado e afirmado como resultado”. White afirma que “conceituações de si mesmo, do outro e do mundo” são “necessárias ou inevitáveis para uma vida política e ética reflexiva”¹⁸. Se ele estiver correto, uma forma de um profissional militar refletir sobre o lugar ocupado pela dignidade humana na teoria e na prática militar é examinar os postulados implícitos da nossa doutrina, principalmente na medida em que essa doutrina assume uma postura moral definida.

Podemos extrair as premissas não articuladas da nossa doutrina examinando cuidadosamente o que o Manual de Campanha *FM 3-24* descreve como a “visão de mundo geral” do extremista. Aplicar a técnica de White permite ao leitor cuidadoso perceber o que o Manual de

Nossa parte ética não “é ativada” apenas nesses momentos de decisão ética; carregamos uma bagagem implícita ao longo de toda a vida e a utilizamos nesses momentos.

Campanha *FM 3-24* deixa como resultado de sua crítica da visão de mundo do extremista. A doutrina do Exército é, afinal, exigente e rígida, eticamente falando; ou seja, o manual não é um modelo de relativismo moral.

A doutrina da contrainsurgência assume uma postura fortemente normativa contra as narrativas e objetivos do inimigo que combatemos no passado e agora:

Insurgentes extremistas religiosos, como vários radicais seculares e alguns marxistas, geralmente possuem uma visão de mundo abrangente; são ideologicamente rígidos e inflexíveis e buscam controlar o comportamento, expressão e pensamentos privados dos seus membros. Buscando o poder e acreditando ser ideologicamente puros, os extremistas violentos em geral rotulam aqueles que consideram insuficientemente ortodoxos como inimigos.¹⁹

Quer sejam religiosos (ex.: bin Laden) quer seculares (ex.: Stalin e Hitler), os nossos inimigos adotam visões de mundo e narrativas que:

- Evitam a conciliação em favor da violência.
- Promovem uma visão de mundo totalitária ou abrangente que especifica atividades políticas, públicas e privadas como lícitas ou ilícitas.

- Encorajam o controle do comportamento, expressões e pensamentos privados de uma pessoa.

- Aprovam o uso da violência contra pessoas cujas visões de mundo são diferentes das deles.

A descrição dos hábitos espirituais e intelectuais do extremista constante do Manual de Campanha *FM 3-24* inclui uma preferência normativa integral, mas suavizada por narrativas e visões de mundo razoáveis ou não extremistas que:

- Prefiram a conciliação à violência.
- Reconheçam uma diferença entre a vida privada, vida pública ou sociedade civil e política.
- Valorizem a liberdade de pensamento, liberdade de consciência e liberdade de ação.
- Tolerem ou mesmo gostem do fato de existir, no mundo, uma pluralidade de povos, cada um com um complexo distinto de narrativas e visões de mundo.

A doutrina de contrainsurgência do Exército diferencia o extremista, que quer impor à força sua visão de mundo aos outros à custa da morte, daqueles cuja visão de mundo valoriza o desenvolvimento livre da diversidade cultural e moral.

Sejamos claros quanto às preferências do Manual de Campanha *FM 3-24*. Ao longo de todo o manual, o leitor (ou seja, o combatente) passa a valorizar a proibição contra “causar sofrimento ou perda de vida desnecessária”.²⁰ Na verdade, o manual reforça uma preferência agressiva pela vida: “*Em todas as circunstâncias, [o combatente americano]... deve se manter fiel às normas de conduta americanas, do Exército, dos Fuzileiros Navais quanto ao comportamento adequado e respeito pelo caráter sagrado da vida*”.²¹ Todas as vidas, quer sejam de um guerreiro americano quer de uma pessoa nativa encontrada durante o desdobramento, têm o caráter de “sagrado”. O caráter sagrado da vida e a dignidade humana estendem-se até aqueles que o combatente *corretamente* pretenda destruir ou capturar, como podemos ver nas regras que especificam o tratamento de inimigos capturados, feridos ou mortos. A proibição de profanar o inimigo morto ou desumanizar os prisioneiros inimigos não faz sentido fora de uma narrativa que especifica o caráter sagrado e a dignidade de cada ser humano.

Um entendimento significativo, ou ontologia, da pessoa e do mundo começa a surgir a partir

do Manual de Campanha *FM 3-24* e das suas entrelinhas: o mundo implica diversidade. Não surpreende que surja a diversidade quando as pessoas têm liberdade de viver, pensar e agir. Além disso, cada pessoa individualmente possui

O manual orienta os líderes do Exército a não simplesmente exibir ou mostrar compaixão e empatia pelas pessoas, mas a cultivar genuína compaixão...

um caráter sagrado e dignidade simplesmente em virtude da sua existência. Se não forem restritas por ideologias extremistas ou pobreza devastadora, as pessoas pensam e agem de formas que sustentam e multiplicam uma ampla gama de narrativas, visões de mundo e culturas. Uma multiplicidade de normas morais, atitudes religiosas e associações civis voluntárias se desenvolvem por causa do exercício livre da liberdade cultural e moral. Elas produzem sistemas e atitudes políticas diversos. O Manual de Campanha *FM 3-24* valoriza a liberdade de pensamento, consciência e atividade defendendo o princípio democrático do consentimento. O manual reconhece o valor do consentimento, não importando o sistema de governo específico que surja, na sua forma implícita e muitas vezes utilitária: “O sucesso em longo prazo da contrainsurgência depende de as pessoas se encarregarem de seus próprios assuntos e consentirem no poder do governo”.²²

Ao passo que o extremista é “rígido e inflexível”, o general David Petraeus, principal defensor do Manual de Campanha *FM 3-24*, observa, em seus comentários iniciais na audiência do Comitê das Forças Armadas do Senado sobre o Iraque, realizada em abril de 2008, que ele espera ver a reconciliação local, uma mudança de atitude contra a violência indiscriminada e a ideologia extremista, debate sobre a violência e “um diálogo político em vez de combates na rua”.²³ Observe-se que o general Petraeus pede (a) “reconciliação”, (b) uma “mudança de atitude” e (c) participação de

antagonistas no “debate” e no “diálogo”. Essa abordagem exige bastante da dimensão *interior* ou *espiritual* dos antagonistas e protagonistas do Iraque.

Surpreendentemente, o Manual de Campanha *FM 3-24* prescreve a adoção de uma disposição interior alarmantemente significativa em direção ao *outro*. Se nos perguntarmos se a prescrição do Manual de Campanha *FM 3-24* para respeitar a dignidade humana é um fim em si ou meramente um meio para um fim, logo veremos que o guerreiro assume a “responsabilidade por todos na área de operações. Isso significa que os líderes devem sentir o pulso da população local, entender suas motivações e se preocupar com o que querem e precisam. *A compaixão e a empatia genuínas pela população são armas poderosas contra os insurgentes*”.²⁴

O manual orienta os líderes do Exército a não simplesmente *exibir* ou *mostrar* compaixão e empatia pelas pessoas, mas a *cultivar genuína* compaixão e empatia por elas. Nessa era de soldados estratégicos, parece plausível que os líderes devam cultivar não só seu próprio sentido de compaixão autêntica, mas cultivá-la também entre aqueles que estão sob o seu comando. Por isso, “os líderes em todos os níveis estabelecem um clima e um tom éticos que protegem contra a acomodação moral e as frustrações que se acumulam nas operações de contrainsurgência prolongadas”.²⁵ O Manual de Campanha *FM 3-24* sugere que cultivar a compaixão genuína é uma forma de estabelecer esse clima e tom éticos.

Em conformidade com as normas que estabelece, o Manual de Campanha *FM 3-24* evita a imposição cultural:

O conhecimento cultural é essencial para o sucesso de uma contrainsurgência. As ideias americanas sobre o que é ‘normal’ ou ‘racional’ não são universais... Por isso, os que trabalham na contrainsurgência — principalmente comandantes, planejadores e líderes de pequenas unidades — devem tentar evitar impor seus ideais de normalidade a um problema cultural estrangeiro.²⁶

Por outro lado, o Manual de Campanha valoriza:

- Conciliação;
- Distinções entre as esferas da vida (ex.: privada, pública, política, religiosa e secular);

- Liberdade de pensamento, consciência e ação;
- Pluralismo cultural e moral;
- Legitimidade política por meio do consentimento dos governados.

Essas regras não são fins utilitários, mas fins em si. Prescrevem o cultivo da empatia e da compaixão *genuínas*. Da mesma forma que prescreve um etos ou moral significativos para os combatentes americanos, *o manual espera que os combatentes americanos promovam essa mesma moral entre a população local.*²⁷

O Combatente “Compra essa Ideia”?

Uma versão composta da visão de mundo implícita e explícita do Manual de Campanha *FM 3-24* sugere que a avaliação de uma pessoa sobre a dignidade *do outro* durante os desdobramentos é igual à dos amigos e pessoas queridas no país de origem. O combatente americano não vê diferença alguma em termos de valor moral entre o motorista de táxi idoso que mora na aldeia em que ele faz suas patrulhas e um motorista de táxi idoso no local onde vivia antes de ir para a guerra. O combatente americano não vê diferença alguma de valor moral entre as crianças nativas que lhe pedem canetas, bolas de futebol e chocolate e as crianças do local onde vivia antes de ir para a guerra. E, o mais surpreendente talvez: o combatente americano não vê diferença alguma de valor moral entre os insurgentes ou terroristas que ele corretamente tenta matar ou capturar e os seus melhores amigos que deixou quando foi para a guerra.

Quais são as implicações da moral embutida no Manual de Campanha *FM 3-24* para a preparação moral do líder militar? Como um líder deve responder ao ouvir um jovem especialista dizer: “Eu queimaria essa cidade inteira se isso trouxesse de volta meus companheiros”? Ou quando um capitão recomenda: “Devíamos fazer desaparecer da face da terra esse país e seu povo”? Ou quando um major conclui: “O problema com esse país é o próprio Islã”?

Antes do desdobramento, o profissional militar vive dentro de um complexo de instituições e estruturas sociais, e cada uma delas exige uma narrativa e uma ontologia de apoio. Ele tem relacionamentos íntimos, uma rede de

parentes e amigos, um trabalho, várias atividades recreativas, uma visão política, uma orientação espiritual e sua nação. Além disso, cada uma dessas associações e atividades está de alguma forma relacionada às outras. Se ele tivesse de atribuir conscientemente um propósito ao seu envolvimento em cada um desses relacionamentos e atividades, os propósitos ou fins poderiam ser suficientemente complementares de modo que sua vida não tivesse objetivos contraditórios. Outra possibilidade é que seus propósitos e fins sejam bastante incongruentes. Como exemplo extremo, mas ilustrativo, pode-se imaginar a incongruência moral de um oficial militar nazista que vai à missa aos domingos, trabalha no crematório humano na segunda-feira, orienta um time de futebol infantil sobre os aspectos de formação de caráter dos esportes na terça-feira e agride a esposa na quarta-feira. Os mesmos conflitos internarrativos surgiriam se um graduado americano fosse um supremacista branco ou se um oficial atuasse com base na premissa de que as mulheres não devem fazer parte das Forças Armadas.

É possível que uma pessoa crie uma estrutura coerente na qual todos os aspectos da sua vida — trabalho, diversão, amor, família, amizade, gestão da casa, finanças, crença — façam parte de um plano racional para uma vida bem vivida? Se todas as ações humanas, desde as mais insignificantes até as mais graves, visam a concretizar ou preservar um objetivo ou fim específico, os fins individuais e coletivos em cada aspecto da vida são congruentes e justificáveis? Por exemplo, como um oficial militar americano concilia a sua vocação com as suas crenças religiosas? Como a formação religiosa de uma pessoa se harmoniza com os princípios da Constituição dos EUA ou com a exigência militar de obedecer ordens?²⁸

Conciliar os fins individuais e coletivos na vida de uma pessoa tem urgência especial para o oficial militar americano que precisa justificar uma decisão de arriscar uma vida de devoções e preocupações, assim como a vida, devoções e preocupações de outras pessoas, em favor de um fim ou valor último. Contudo, a conciliação é necessária. Um oficial militar deve operar “com todos os cilindros” em uma nova era que requer que ele “consiga a

vitória... conduzindo operações militares junto com esforços diplomáticos, informativos e econômicos”.²⁹

O general Petraeus disse: “Nossa principal missão é ajudar a proteger a população do Iraque”.³⁰ Para isso, mais de 4.200 combatentes profissionais sacrificaram a vida. Mais de 31.000 homens e mulheres americanos foram feridos. Esses profissionais militares sacrificaram sua vida e sua saúde durante operações de estabilidade e ações ofensivas militares para destruir um inimigo. Colocaram sua vida em risco para preservar a vida, melhorar os serviços essenciais, promover associações civis, fornecer educação, ajudar a economia e criar um governo autossustentável. Esses empreendimentos só fazem sentido na medida em que permitem que os seres humanos se desenvolvam, em conformidade com a moral embutida no Manual de Campanha *FM 3-24*, que postula não só o emprego, ou governança, ou alvos militares como fins em si, mas como formas de preservar e melhorar o caráter sagrado e a dignidade da vida humana e a liberdade de pensamento, consciência e ação.

Se o Manual de Campanha *FM 3-24* possui uma moral embutida, um dos vários desafios para o profissional militar americano é dar um sentido aos seus relacionamentos em seu próprio país para que possa desempenhar melhor suas obrigações no exterior e explicar aos seus colegas e subordinados por que devem também desempenhar suas obrigações.

O manual afirma: “Desempenhar as várias tarefas não militares na contrainsurgência exige conhecer assuntos variados e complexos. Entre eles estão a governança, o desenvolvimento econômico, a administração pública e o Estado de Direito. Os comandantes com um conhecimento sólido sobre esses assuntos podem ajudar os subordinados a entender ambientes não familiares e desafiadores e a adaptar-se mais rapidamente a situações de mudança”.³¹

Assim, a doutrina do Exército requer uma quantidade considerável de conhecimento técnico de Economia, Política e Direito, além de um entendimento cultural. E (para complicar ainda mais as coisas) o líder militar de hoje deve dedicar alguma reflexão aos propósitos morais inerentes à Economia, Política, Direito e outras estruturas relacionadas à vida humana moderna.

A Dimensão Interna das Nossas Campanhas

Os comentários iniciais do general Petraeus para o Comitê das Forças Armadas do Senado em abril de 2008 concentraram-se principalmente no estabelecimento da segurança para permitir o progresso político no Iraque. Ele enfatizou

***...os profissionais militares...
colocaram sua vida em risco
para preservar a vida...
[e permitir] que os seres
humanos se desenvolvam,
em conformidade com a
moral embutida no Manual de
Campanha FM 3-24...***

que os ganhos de segurança eram “frágeis e reversíveis” e que os problemas políticos eram significativos. “Nos próximos meses, os líderes do Iraque precisam fortalecer a capacidade do governo, executar orçamentos, aprovar leis adicionais, realizar eleições provinciais, conduzir um censo, definir o status dos territórios em disputa e realocar refugiados e pessoas deslocadas internamente. Essas tarefas seriam um desafio para qualquer governo, quanto mais para um governo que ainda está se desenvolvendo, passando pelo teste da guerra”.³²

Evidentemente, temos uma série de obstáculos a superar se quisermos alcançar a paz no Iraque. Existem os problemas do estabelecimento da segurança contra vários inimigos e de obtenção do consenso político sobre vários assuntos, cuja solução é necessária para se estabelecer o autogoverno. Mas se a moral embutida no Manual de Campanha *FM 3-24* estiver correta, o mais importante no longo prazo para resolver os desafios de segurança e políticos é promover a ampla aceitação dos valores do Manual de Campanha *FM 3-24*.

Depois de estabelecerem a segurança local, nossas forças poderão pacificar uma

área gastando grandes quantias dos Estados Unidos e do país anfitrião em esforços de reconstrução para melhorar o nível de emprego, a legitimidade do governo e a qualidade de vida, mas um desafio maior persistirá. Os jovens árabes se abstêm da violência em respeito ao caráter sagrado e à dignidade de toda vida ou simplesmente porque lhes pagamos por isso?³³ Se um número muito grande de jovens está motivado pelo incentivo financeiro, então nossos gastos com reconstrução equivalem a uma política de paz por meio do apaziguamento. Uma análise de ator racional simplesmente não esgota toda a gama de variáveis políticas importantes. Por isso, a reconstrução do Iraque deve ser algo além de pagar as pessoas para não matarem inocentes.

Uma paz sólida, arraigada e duradoura exigirá o que o general Petraeus chama de “mudança de atitude”. Em poucas palavras, ou veremos uma mudança de atitude que rejeita a ideologia extremista e acolhe o caráter sagrado, dignidade e progresso da vida humana ou a mudança de atitude continuará sendo mais uma das melhorias “frágeis e reversíveis”. Decisões rápidas de não perdoar, não reconciliar, não respeitar a dignidade da vida, não respeitar

o desenvolvimento da vida impulsionarão a tomada de decisões diplomáticas, informativas, militares e econômicas. Se for esse o caso, será que a chave para a reconciliação e para o sucesso da campanha é uma questão principalmente militar ou mesmo política?

Sócrates nos diz que a verdadeira arte de governar consiste não na deliberação e na criação de leis, mas no cultivo das almas. Na obra *Górgias* de Platão, a verdadeira arte de governar requer o desejo de servir, curiosidade sobre o bem maior como um fim em si e reflexão sobre como fazer das pessoas bons cidadãos.

Se os líderes políticos obrigarem o soldado a ser aluno e praticante de política, os funcionários eleitos e os profissionais militares deverão considerar as implicações que vêm do entendimento que a verdadeira arte de governar fornece mais do que apenas segurança e serviços essenciais. A verdadeira arte de governar é a construção da alma. Para usar o termo do general Petraeus, saberemos que conseguimos os melhores resultados da nossa arte militar e política quando virmos finalmente uma mudança de atitude que os nossos jovens militares aguardam com esperança, enquanto continuam a lutar e a construir. **MR**

REFERÊNCIAS

1. FM 3-0, *Operations* (Washington, DC: Government Printing Office [GPO], fevereiro de 2008), Prefácio.
2. PETRAEUS, David. “Beyond the Cloister”, *The American Interest*. 8 de julho de 2008, disponível em: <www.the-american-interest.com/ai2/article.cfm?id=290&Mid=14> (10 de abril de 2009).
3. FM 3-24, *Counterinsurgency* (Washington, DC: GPO, dezembro de 2006), Prefácio.
4. POLLOCK, Gale. DOD News Briefing with Assistant Secretary Casscells from the Office of the Assistant Secretary for Defense (Public Affairs) News Transcript, 4 de maio de 2007, disponível em: <www.defenselink.mil/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=3958> (10 abril de 2009).
5. FM 3-24, parágrafo 7-25.
6. PETRAEUS, David. Carta aos soldados, marinheiros, aviadores, fuzileiros navais, guarda-costeiros servindo na Força Multinacional no Iraque, 10 de maio de 2007, disponível em: <www.mnf-iraq.com/images/stories/CGs_Corner/values_message_%2810_may_07%29.pdf> (10 de abril de 2009).
7. FM 3-24, parágrafo 7-16.
8. FM 3-24, parágrafo 1-75.
9. FM 3-24, parágrafo 1-76.
10. BUSH, George W. First Inaugural Address, 20 de janeiro de 2001.
11. WHITE, Stephen. *Sustaining Affirmation* (Princeton: Princeton University Press, 2000), p. 54.
12. *Ibid.*, p. 8.
13. *Ibid.*, p. 6.
14. TAYLOR, Charles. *Moral Social Imaginaries* (Durham: Duke University Press, 2004), pp. 8-9.
15. KEM, Jack D. “The Use of the ‘Ethical Triangle’ in Military Decision Making”, *Public Administration and Management*, 11, No. 1 (2006).
16. HITTINGER, Russell. “After MacIntyre: Natural Law Theory, Virtue Ethics, and Eudaimonia”, *International Philosophical Quarterly*, 29, No. 116 (dezembro de 1989): pp. 451-52.
17. Se “ordens morais” e “imaginários sociais” são verdadeiramente funcionais nos Estados Unidos e no Ocidente, talvez uma consciência cultural mais rigorosa exija que os líderes conheçam essas “ordens morais” e “imaginários sociais”, que definem os Teatros de Operações em que trabalhamos e que neles atuam.
18. WHITE, p. 8.
19. FM 3-24, parágrafo 1-79.
20. *Ibid.*, parágrafo 1-142.
21. *Ibid.*, parágrafo 7-2. Grifo meu.
22. *Ibid.*, parágrafo 1-4.
23. PETRAEUS, David. “Gen. Petraeus’s Opening Remarks on Iraq: Addresses the Senate Armed Services Committee Hearing”, *CQ Transcripts, Washington Post* on-line, 8 de abril de 2008.
24. FM 3-24, parágrafo 7-8.
25. *Ibid.*, parágrafo 7-12.
26. *Ibid.*, parágrafo 1-80.
27. É claro que essa moral embutida pode ser de interesse para as discussões cívico-militares sobre uma possível lacuna entre o soldado e o Estado.
28. Observo de passagem que os não muçulmanos em fóruns acadêmicos e públicos estão fazendo essas mesmas perguntas difíceis aos nossos vizinhos muçulmanos.
29. FM 3-0, Prefácio.
30. PETRAEUS, “Opening Remarks”.
31. FM 3-24, x.
32. PETRAEUS, “Opening Remarks”.
33. Essa massa crítica pode ser uma pequena minoria e ainda ser bastante problemática.